



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

**BIBLIOTECA**

DATA

05.04.2024

PÁGINA Nº

1 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

## SUMÁRIO

- 📌 [\*\*BULLYING TAMBÉM MATA – O Popular\*\*](#)
- 📌 [\*\*INCENTIVO E CRESCIMENTO INDUSTRIAL – O Popular\*\*](#)
- 📌 [\*\*PRESSÃO DE LULA VOLTA A TUMULTUAR A PETROBRAS – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*IMPASSE EM REGULAÇÃO DE APLICATIVOS VEM DE UM MUNDO JURÁSSICO – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*À DIREITA DA EXTREMA DIREITA – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*O QUE NÃO ESTÁ DITO SOBRE O 'PALAVRÓRIO DE GILMAR' – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS RISCOS ÉTICOS – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*MORO TENTA APROXIMAÇÃO COM GILMAR E RECEBE CRÍTICAS DE MINISTRO EM ENCONTRO – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*ACÇÕES NO 8/1 PUXAM ALTA DE AGRESSÕES FÍSICAS A JORNALISTAS EM 2023, DIZ ABERT – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*CHEFE DA PF DIZ ESPERAR QUE PASSADO 'RECENTE E SOMBRIO' DA CORPORACÃO JAMAIS RETORNE – Folha de São Paulo\*\*](#)
- 📌 [\*\*PARA TRF1, É COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL JULGAR CASO SOBRE YANOMAMI – O Hoje\*\*](#)
- 📌 [\*\*CASOS MARIELLE E MOSSORÓ FORTALECEM GOVERNO E ESVAZIAM A OPOSICÃO – Correio Braziliense\*\*](#)
- 📌 [\*\*GARIMPO FAZ ÁREA INDÍGENA PERDER QUATRO CAMPOS DE FUTEBOL POR DIA – Correio Braziliense\*\*](#)
- 📌 [\*\*VISÃO DO CORREIO: EM BUSCA DE EQUILÍBRIO – Correio Braziliense\*\*](#)
- 📌 [\*\*FUGITIVOS DE MOSSORÓ SÃO CAPTURADOS NO PARÁ APÓS 50 DIAS – Valor Econômico\*\*](#)
- 📌 [\*\*STF ISENTA EMPRESAS DE MULTAS E REDUZ IMPACTO DO JULGAMENTO SOBRE 'QUEBRA' DE DECISÕES DEFINITIVAS - Valor Econômico\*\*](#)
- 📌 [\*\*RECEITA FEDERAL NEGA EXCLUSÃO DE ADICIONAL DO ICMS DO PIS/COFINS - Valor Econômico\*\*](#)
- 📌 [\*\*DESTAQUE - Valor Econômico\*\*](#)
- 📌 [\*\*REFORMA TRIBUTÁRIA E O TEOREMA DE PITÁGORAS - Valor Econômico\*\*](#)
- 📌 [\*\*DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB\*\*](#)

**JORNAL – O POPULAR – 05.04.2024 – PÁG. 3**

**Bullying também mata**

*Frederico Moraes Xavier*

Em 7 de abril de 2011, doze crianças da Escola Tasso de Oliveira, no Rio de Janeiro, foram mortas por um ex-aluno. Em carta, o autor das mortes declarou ter sido vítima de bullying na mesma escola. Esse triste episódio ficou conhecido como o Massacre de Realengo.

Segundo a lei que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, bullying é todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva com o objetivo de intimidar, humilhar ou agredir, causando dor e angústia à vítima.

O Massacre de Realengo – cuja data se tornou oficial como o Dia Nacional de Combate ao Bullying – e ataques em 2023 a duas escolas (SP e MG) praticados por estudantes vítimas de bullying mostram a urgência de se tratar o assunto também como uma questão de saúde. O Dia Nacional de Combate ao Bullying serve para lembrar educadores, pais, governantes e a sociedade em geral sobre a importância de prevenir e combater esse comportamento nocivo.

Um dos principais desafios é a identificação precoce e eficaz dessas situações. Muitas vezes, as vítimas não relatam os incidentes por medo de represálias, enquanto os agressores conseguem esconder suas ações. E o bullying pode perpetuar, especialmente se a hierarquia entre os alunos não for bem gerenciada ou se houver tolerância implícita de comportamentos agressivos.

A falta de recursos e capacitação adequada para os profissionais da educação também é um obstáculo significativo. Ainda faltam programas estruturados de prevenção e intervenção, bem como de apoio psicológico para as vítimas e agressores. O bullying extrapola o ambiente escolar: também pode ocorrer no local de trabalho. Nesse contexto, o comportamento intimidador, humilhante ou abusivo pode ser praticado por colegas de trabalho ou superiores hierárquicos.

Assim como no ambiente escolar, o bullying corporativo pode ter sérias consequências para a saúde mental dos funcionários, levando a quadros de estresse crônico, ansiedade, depressão e até mesmo síndrome de burnout, afetando tanto o desempenho profissional quanto a qualidade de vida. Os impactos do bullying são profundos e duradouros. As vítimas frequentemente experimentam sentimentos de isolamento, baixa autoestima e desesperança. Muitas desenvolvem quadros que podem persistir ao longo da vida adulta se não forem devidamente tratados.

O bullying pode contribuir também para o surgimento de transtornos alimentares, abuso de substâncias e até mesmo pensamentos suicidas. O trauma psicológico causado pode deixar cicatrizes emocionais profundas que requerem apoio profissional para serem superadas. Por isso, o Dia Nacional de Combate ao Bullying é vital para o diálogo sobre esse problema e promover ações concretas para combatê-lo. É crucial que todos os



setores da sociedade se unam para criar ambientes seguros e inclusivos, livres do medo, da intimidação e da violência, tanto nas escolas quanto nos locais de trabalho.

### **Incentivo e crescimento industrial**

*Erik Figueiredo*



Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm revelado o excelente desempenho da indústria goiana nos últimos anos. Em particular, o ano de 2023 registrou um crescimento industrial próximo a 6%, com destaque para a indústria alimentícia, que representa quase 33% do valor bruto da produção industrial do estado. A título comparativo, nesse mesmo período, o crescimento da PIM para o resto do Brasil foi de apenas 0,2%.

Atingimos o maior patamar da série histórica da produção industrial goiana e, como resultado, foram gerados quase 6 mil empregos formais. Com rendimento médio de R\$ 2.700, somente a soma dos salários desses novos postos de trabalho é responsável pela injeção de mais de R\$ 215 milhões em nossa economia em 2023. Todos esses resultados reforçam a tese da reindustrialização do estado, já levantada por mim em um outro artigo publicado no POPULAR no final de dezembro de 2023. Goiás continua a avançar em sua participação da indústria nacional. O que não é destacado é o efeito dos incentivos fiscais nesse crescimento.

Dado o processo de desenvolvimento regional heterogêneo, a política de benefício fiscal tem sido utilizada como equalizador das oportunidades produtivas no território nacional. Erroneamente, visões fiscalistas enxergam esse mecanismo de desenvolvimento como um sumidouro de arrecadação de impostos, sem considerar que muitas das empresas beneficiadas não estariam situadas em nosso estado sem a existência do incentivo. Enquanto a precisão matemática existir, a arrecadação de um imposto maior sobre uma produção inexistente continuará sendo igual a zero.

A despeito de análises mais extensas sobre a eficiência do benefício fiscal, é inegável que o redesenho da política vem produzindo efeitos expressivos na economia goiana. O programa passou a atender o seu público de uma forma mais transparente e mais democrática com o Pró-Goiás. Em 2018, pouco mais de 30% do seu público eram empresas de micro e de pequeno porte. Esse percentual saltou para quase 50% em 2023.

Contudo, o resultado mais expressivo a ser mostrado é a redução do tamanho do benefício ao longo do tempo. Em 2018, o benefício fiscal em relação ao PIB era de 4,4%. Em 2023 esse número atingiu o menor patamar histórico da série, com 4,0%. O que se pode extrair dessa informação é que o crescimento do PIB está mais do que compensando o crescimento do benefício fiscal. Uma amostra da eficiência da política de benefícios como indutora de uma dinâmica econômica que mais do que compensa o esforço fiscal empreendido.

Como já mencionado em outras ocasiões, o ciclo virtuoso da nossa economia está sendo construído sobre um alicerce firme, que inclui ações voltadas para a redução do custo de produção no estado, fortalecendo a livre

iniciativa do setor privado e impactando, positivamente, o bem-estar do povo goiano. A conversão da ação pública em crescimento econômico, geração de emprego, elevação da renda e inclusão social é o maior legado que pode ser deixado por uma política pública.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.04.2024– PÁG. A2**

### **Pressão de Lula volta a tumultuar a Petrobras**

Declaração de ministro gera especulação sobre troca na chefia da empresa, em sinal de desordem administrativa e política

O conflito escandaloso entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, é o episódio mais recente de uma longa crise provocada pelo desejo do presidente da República e de outros nomes do governo de intervir nas diretrizes da maior empresa do país.

Os embates apenas se tornam mais vexatórios e contraproducentes, por abalar o crédito da estatal e criar ainda mais suspeitas sobre a racionalidade econômica de ideias e decisões de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e sua equipe.



Em entrevista à Folha, Silveira fez questão de dizer que manda na empresa, que não abre mão da "autoridade" e que nisso tem apoio de Lula; desdenhou das capacidades de Prates. A nova fritura levou o presidente da petroleira a pedir reunião com Lula, a fim de discutir sua situação no cargo.

Nesse íterim, Silveira, Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda) debatiam o destino dos dividendos extras, retidos por decisão da maioria governista no Conselho da Petrobras —e circulava a notícia alarmante de que o petista Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, foi cogitado para o comando da petroleira.

O fato de o pagamento de dividendos ter motivado uma grande turbulência —e vir sendo discutido há semanas em reuniões ministeriais— já indicaria o quão politizada é a gestão da empresa. Mas o problema é mais profundo.

Desde o ano passado, Lula pressiona por intervenção nos preços dos combustíveis e na distribuição de lucros para os acionistas. Quer que a companhia invista mais, em refinarias ou na indústria naval.

Silveira e Costa fazem coro com o chefe. Haddad juntou-se recentemente às discussões e procura racionalizar o debate, mas o sucesso do seu plano fiscal depende também dos dividendos que a Petrobras paga ao Tesouro.

O governo federal, como acionista majoritário, pode definir diretrizes para a Petrobras. A condição é que não imponha a essa empresa mista, sob controle estatal, uma atuação que ignore orientações e condições de mercado, a não ser que a compense por eventuais perdas —como preveem a lei e estatutos da companhia.

Porém nem ao menos há plano claro. Sabe-se somente de vagos desejos de Lula, que lembram políticas de mandatos petistas anteriores, de resultados ruinosos.

Além de daninha para empresa e para a imagem econômica do governo e do país, esse novo capítulo da crise expõe desorganização administrativa e política. Não há um curso planejado de ação, mas permissão para que autoridades se entreguem a intrigas e sabotagens a fim de influenciar os destinos da Petrobras.

### **Impasse em regulação de aplicativos vem de um mundo jurássico**

Discussão tardia dentro do governo reflete visões distintas sobre dignidade e trabalho

*Bruno Boghossian*



Lula não hesitou antes de incluir o assunto Uber na campanha eleitoral. O petista dizia com convicção que era preciso regulamentar o trabalho por aplicativo de motoristas e entregadores. "Tem que ter descanso semanal remunerado, jornada de trabalho, férias, senão ele voltou a ser escravo", afirmou, em abril de 2022.

O tema entrou no governo como prioridade. O Ministério do Trabalho criou um grupo para elaborar um projeto de lei, chamou empresas e ouviu trabalhadores. Houve tanta incerteza desde o início que foi preciso desmembrar a proposta. Em março, Lula assinou um texto que tratava só de motoristas de carros, deixando as motos para depois.

O projeto chegou ao Congresso há poucas semanas, mas há gente no governo decretando a morte da proposta. Alguns auxiliares de Lula dizem que não há votos para aprovar uma regulamentação ampla. Outros aliados argumentam que os petistas já haviam perdido o debate público antes do início das discussões. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e o presidente Lula (PT) no anúncio do projeto de lei de regulamentação do trabalho dos motoristas de aplicativo - Pedro Ladeira/Folhapress

Reuniões sobre o tema nos últimos dias ficaram marcadas por uma tensão entre governistas com opiniões distintas sobre o mundo do trabalho. Num encontro, um petista disse ao ministro Luiz Marinho que era preciso respeitar opções do trabalhador e que não era possível ficar preso à lógica sindical que formou o PT. A discussão tardia dentro do governo reflete um conflito entre a visão histórica de Marinho e a maneira como muitos trabalhadores enxergam a atividade. Os pontos mais vulneráveis da proposta seriam o pagamento por hora trabalhada e a determinação de pagamento de contribuição previdenciária —o que, para alguns motoristas, engessaria e aumentaria o custo da atividade.

Na campanha, Lula definiu bem o assunto como uma questão de dignidade desse trabalhador. Ele tem dificuldade para transformar a defesa numa ação política porque há uma ação organizada de oposição nesse segmento, mas também porque certos integrantes do governo ainda operam mais perto de princípios jurássicos do que da realidade atual.

### **À direita da extrema direita**

Salazar, Mussolini, Hitler, Trump, Bolsonaro -todos tinham um homem para pensar por eles

*Ruy Castro*

Como foram essas conversas? A bordo de carros em movimento, à mesa de jantar, em torno de "fumegantes caldos verdes" e em passeios a pé por estradas, às vezes "à beira do anoitecer" ou sob "uma chuva miudinha e enervante". As perguntas de Ferro eram curtas, como sói, mas as respostas de Salazar eram caudalosas e demoradas, de páginas e páginas.



Como veterano entrevistador, tiro o chapéu para António Ferro. Em 1932, não havia gravadores, os alemães só lançariam o magnetofone em 1935. Ferro teve de anotar tudo a lápis ou caneta, nas terríveis condições descritas, e Salazar não as deve ter ditado com vagar. E eu queria ver Ferro taquigrafar no escuro, debaixo de chuva.

Donde só há uma explicação: todas as palavras atribuídas a Salazar são de Ferro. Por que Salazar se submeteria a tal? Porque confiava nele. Ferro era culto, ladino, muito inteligente —aliás, amigo dos modernistas brasileiros e colaborador da revista Klaxon. E os dois tinham muito em comum: desprezo pelo povo português, aversão ao Judiciário, ódio à democracia e admiração por Mussolini e Hitler.

A extrema direita costuma ser creditada a certos governantes. Mas eles talvez fossem apenas os executores da estratégia de um pensador maléfico, à direita da extrema direita. Ferro pode ter sido para Salazar o que Marinetti, criador do futurismo, foi para Mussolini; Oswald Spengler, para Hitler; Steve Bannon, para Donald Trump; e Olavo de Carvalho, para Bolsonaro. O que nos salva é quando esses governantes se empolgam e resolvem pensar por conta própria.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.04.2024 – PÁG. A3**

### **O que não está dito sobre o 'palavrório de Gilmar'**

Ministros do Supremo agem por contingência histórica, não por vaidade

*Lenio Luiz Streck*

No último 29 de março, esta Folha fez contundente editorial criticando o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal ("O palavrório de Gilmar"). Diz que o magistrado faz papel de comentarista

político e que desafia opiniões sobre investigações. Segundo o editorial, Gilmar deveria exercitar a autocontenção.



A crítica é daquelas que, lida sem contexto, terá a aprovação de qualquer leitor. Porém, todo texto tem contexto. Para começar, a Folha poderia explicar por que demanda tanto por entrevistas de julgadores. Por acaso deixaria de publicar o que dizem ministros? Ou vai publicar apenas opiniões que coincidem com as do jornal?

O decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes - Pedro Ladeira/Folhapress - Folhapress

Há que se fazer desleitura de falas, como diria Harold Bloom. O jornal exige autocontenção de Gilmar e do STF. Pois aqui é que reside o problema do contexto: tivesse a

corte feito autocontenção quando dos ataques que sofreu, e da omissão do Ministério Público, e poderíamos ter perdido a democracia. Por deixar de lado a autocontenção, o Supremo, como razão última, lançou mão do seu regimento interno. E o resto da história conhecemos.

Ativismo da Suprema Corte? Uma desleitura, como em um palimpsesto, mostrará as múltiplas camadas escondidas da institucionalidade. Algumas, uma vez descascadas, mostrarão que, em momentos decisivos, a autocontenção seria —como já foi— destruidora. Pior: autodestruidora. O protagonismo de ministros e da corte foram decisivos na pandemia e no Brasil recente. Não deveria ser assim? Talvez não. Mas aconteceu, por ter sido necessário. E ainda bem, convenhamos.

Nessa desleitura, lembre-se que a Lei da Magistratura (Loman), invocada no editorial, é fruto da ditadura militar. A ditadura (cuja alvorada a Folha confessou ter apoiado) editou a lei para calar os magistrados. Cumprida à risca, a desejada autocontenção venceria. E o Brasil perderia.

Não há texto sem contexto. Há uma poluição semântica de palavras e ações. Descrições sobre o Brasil —que ainda cura as feridas da tentativa de golpe— podem ser confundidas com "palavrório". Ora, parafraseando o best-seller de Lionel Shriver ("Precisamos Falar sobre Kevin", o menino que matou 11 coleguinhas de escola), "precisamos falar sobre a tentativa de golpe no Brasil". Vamos dar o nome às coisas: acabamos de escapar de um golpe, não de um arrastão.

Ainda no contexto, deveríamos descobrir as razões pelas quais ainda precisamos do protagonismo do Supremo. Por que precisamos tanto de ministros com "palavrórios"?

Talvez a própria falta de editoriais de grandes veículos em momentos oportunos faz com que juízes da Suprema Corte, por adaptação darwiniana, produzam seus próprios "editoriais" —que por vezes pedem socorro à própria mídia. Da mesma forma que a mídia pede socorro ao Judiciário. Afinal, estamos falando da preservação da democracia. Ou só vale para um lado?

Decanos de Suprema Corte falam. Descrevem. Por vezes, prescrevem. Afinal, o que dizer diante de um twitter de um general que ameaça a corte? Esperar o editorial? Contextos que explicam textos. O direito diz que o papel de um tribunal constitucional é o de fiador da democracia. Só que, no Brasil, existe gente querendo enforcar ministros. Quem defende a Suprema Corte?

Quando o ministro Gilmar diz que "derrotamos o autoritarismo" ou avalia como eficiente a investigação da polícia sobre o golpe, ele não age como comentarista político, como diz o editorial. Não. Ele apenas descreve, com densidade histórica, o estado da arte da recém-salva democracia. É disso que se trata.

Dado o que passamos, isso (até) é alvissareiro. Afinal, lá atrás, há 60 anos, tivemos presidente do STF que, chamado na madrugada, referendou o golpe —e essa noite durou mais de 20 anos. Velhos tempos. Numa palavra, ministros do Supremo estão no centro dos acontecimentos por contingência histórica recente, não porque são vaidosos. Essa é uma crítica simplista. O que necessitamos, no contexto, é de pessoas corajosas que emitam opiniões. Contingencialmente podem (até) ser ministros do Supremo.

### A inteligência artificial e seus riscos éticos

Como diz o avatar de Machado de Assis, busque a 'educação com fervor'

*Arnaldo Niskier*

Doutor em educação, é professor, jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e presidente do Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro (Ciee-RJ)

Eleita com 24 votos para ocupar a cadeira nº 9 da Academia Brasileira de Letras, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, antes mesmo de tomar posse, já recebeu a primeira grande incumbência: atualizar a bibliografia de Machado de Assis.

Terá a ajuda do avatar criado pela ABL, com a colaboração da revolucionária inteligência artificial, hoje presente nos mais avançados centros científicos e tecnológicos do mundo. O Machado do século 21 tem uma enorme vantagem: está à disposição do público, podendo responder a questões levantadas pelos seus admiradores. imagem virtual de homem negro idoso de terno e pince-nez segura um livro



Estamos espantados com a velocidade com que a tecnologia se espalhou pelo mundo. Mas a OpenAI, a empresa do ChatGPT, já tem sete anos. É vital se apaixonar pelo problema, não pela solução. Hoje, há falta de profissionais qualificados para determinadas atividades. Faltam engenheiros e até já se pensa em importar engenheiros indianos. Ganharíamos uma extraordinária transferência de conhecimentos.

O próximo grande sucesso virá do agro. Otimizar um sistema de irrigação, de fertilização ou o uso de produtos químicos graças a ferramentas de agricultura digital pode representar o futuro. É o caminho a seguir —com os cuidados de evitar fraudes autorais. Não se pode citar pensamentos alheios sem o devido crédito. Se você repete coisas que já foram ditas, certamente não está contribuindo para o avanço da ciência.

Relatos de plágio remontam a Antiguidade, como aconteceu inclusive com o clássico "Os Lusíadas", que teria se baseado em "Eneida". Hoje, o ChatGPT cria novos conteúdos a partir de informações de origem humana. Copia-se para economizar tempo, mas isso é desonesto. É preciso utilizar de forma correta o avanço

da inteligência artificial generativa. Como faz a Nvidia, quarta empresa mais valiosa do mundo (US\$ 2 trilhões), vivendo a época de uma "bolha ponto.com".

Com uma relativa fidelidade, a Academia Brasileira de Letras recriou a figura de Machado de Assis, com voz e tudo. Tornou possível interagir com o "Bruxo do Cosme Velho", permitindo que o público dialogasse até mesmo sobre a controvertida questão da traição de Capitu e da negritude do escritor. O seu avatar deu bons conselhos aos que visitam a versão do escritor, no centro do Rio de Janeiro. É o resultado das maravilhas produzidas pela inteligência artificial.

Para criar um avatar de Machado de Assis, a Academia Brasileira de Letras promoveu estudos sobre as obras do autor e sobre ele. A versão do autor foi criada com inteligência artificial e diz que agiria na internet com ponderação e elegância. Sofreu com a demolição da sua casa no Cosme Velho e entrou na discussão sobre a hipotética traição de Capitu.

O avatar dá um conselho aos jovens: "Busquem sempre o conhecimento. Encorajaria os jovens a buscar a educação com fervor. O conhecimento pode abrir portas e criar oportunidades onde antes só havia barreiras". A volta de Machado ao mundo dos vivos é resultado de uma tecnologia da empresa Euvatar Storyliving, que possibilita a interação de personagens históricos e contemporâneos. O resultado pode ser devidamente apreciado na sede da ABL.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.04.2024 – PÁG. A6**

### **Moro tenta aproximação com Gilmar e recebe críticas de ministro em encontro**

Senador, que tentará salvar mandato no TSE, busca mais diálogo com Supremo e pediu reunião com magistrado

*Matheus Teixeira / Julia Chaib*



A audiência do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) com o ministro Gilmar Mendes representou o início de um movimento do parlamentar para estreitar a relação com o STF (Supremo Tribunal Federal) e tentar evitar um revés no julgamento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que pode cassar seu mandato.

A conversa entre os dois, revelada pela coluna da Mônica Bergamo, foi recheada de críticas do magistrado ao ex-juiz pela atuação à frente da Lava Jato. Apesar disso, interlocutores do ministro afirmam que o encontro, na terça (2), teve um "tom cordial".

Gilmar é um dos ministros com avaliação mais ácida da operação e já fez diversos ataques a Moro em votos e entrevistas. Nos primeiros anos das investigações, ele era um apoiador da Lava Jato, mas, posteriormente, se voltou contra o trabalho de Moro. Mesmo assim, o ex-juiz recorreu a seu colega de Senado Wellington



## CLIPPING

DATA  
05.04.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
10 de 27

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Fagundes (PL-MT) para que ele articulasse um encontro com dois objetivos: reduzir a tensão entre os dois e buscar uma ponte com o integrante do Supremo. Fagundes é do mesmo estado de Gilmar e próximo a ele.

Na conversa, Moro disse que pediu a audiência porque quer abrir canal de diálogo com ele e com outros ministros do STF. Além do problema com a Justiça Eleitoral, Moro também responde a um inquérito no Supremo. Em 2023, o senador também foi denunciado por acusação de calúnia pela PGR (Procuradoria-Geral da República) por causa de um vídeo em que aparece em uma festa junina falando em "comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes".

No encontro desta terça-feira, o magistrado afirmou que o senador e Deltan Dallagnol, que foi o chefe da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal, "roubavam galinha juntos". Moro também ouviu de Gilmar que ele poderia aprimorar sua formação jurídica e que o Senado, em especial a biblioteca da Casa, seria um bom lugar para ele aprender. Parte do teor da conversa foi revelado pelo site Metrôpoles e confirmado pela Folha.

Moro buscou se descolar de outros próceres da Lava Jato, como o antigo responsável pela operação no Rio, Marcelo Bretas, e o ex-procurador-geral Rodrigo Janot. Após o diálogo vir à tona, Deltan rebateu o ministro nas redes sociais. "Gilmar Mendes, mais uma vez você me ataca, dizendo que [eu] roubava galinhas. Tem coragem de fazer isso frente a frente, ministro?", desafiou.

A iniciativa do senador ocorre em meio ao julgamento no TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná) que pode cassar seu mandato. O processo irá parar no TSE para uma decisão definitiva sobre a continuidade dele no Parlamento. Além da aproximação com ministros do Supremo, Moro também tem adotado uma postura no Senado voltada a reduzir arestas e criar um ambiente mais amigável nos três Poderes.

Embora tenha ganhado fama por ter sido o grande algoz do presidente Lula (PT) ao condená-lo à prisão, atualmente ele ainda faz críticas ao petista, mas evita comprar brigas frontais com o governo e o STF, como costuma fazer a base do Legislativo aliada do ex-presidente Jair Bolsonaro. Um exemplo nesse sentido foi o fato de o senador não ter divulgado, em dezembro, o voto sobre a indicação de Flávio Dino para o STF, na contramão de bolsonaristas, que fizeram oposição ferrenha à escolha de Lula para a cúpula do Judiciário.

O placar do julgamento das ações de cassação na corte estadual está 1 a 1. O relator, Luciano Falavinha, votou pela improcedência das ações do PT e PL, que acusam o senador de abuso de poder econômico por irregularidades no período de pré-campanha no pleito de 2022.

Primeiro a votar, o relator divergiu dos argumentos dos partidos e do Ministério Público, que tinha apresentado parecer pela cassação. "Não há gravidade nos atos e nas despesas que ficaram demonstradas na pré-campanha, nada há que tivesse causado desequilíbrio ou vantagem aos investigados", disse.

O segundo a votar, José Rodrigo Sade, por sua vez, seguiu a linha oposta. Ele, que foi nomeado pelo presidente Lula para o cargo, concordou com as ações que afirmam que Moro se beneficiou da campanha como pré-candidato a presidente pelo Podemos na disputa ao Senado pelo Paraná.

O argumento de Falavinha foi o de que a mudança de cargo almejado faz parte do jogo político e que, sem comprovar que Moro teria uma intenção deliberada de, desde o início concorrer ao Senado, não seria

possível somar as despesas das pré-campanhas aos diferentes postos. "É irrelevante, para a decisão a ser tomada nestes autos, saber se o investigado tinha a intenção, desde sempre, de concorrer ao Senado no Paraná", rebateu Sade em seu voto. Para ele, Moro assumiu o risco verdadeiro ao se lançar pré-candidato a presidente. "Não se apaga o passado", disse.

Independentemente do resultado do resultado no TRE, Moro só poderá perder o mandato de fato após decisão do TSE. E a previsão é que o julgamento só ocorra após o ministro Alexandre de Moraes deixar a presidência da corte no meio do ano. No lugar dele no comando do tribunal, assumirá a ministra Cármen Lúcia. Além disso, o ministro André Mendonça torna-se titular da corte eleitoral. Portanto, 2 das 3 cadeiras reservadas a integrantes do STF no TSE passarão em breve a ser ocupadas por indicados de Bolsonaro —o segundo nome é o de Kassio Nunes Marques, que já integra a corte eleitoral.

Também compõe a corte, no assento destinado a membro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), a ministra Isabel Gallotti, que tem viés mais conservador. Assim, interlocutores do senador acreditam que não seria apenas uma esperança distante a construção de uma maioria a seu favor, embora a articulação não tenha sucesso garantido.

#### **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.04.2024 – PÁG. A10**

#### **Ações no 8/1 puxam alta de agressões físicas a jornalistas em 2023, diz Abert**

Relatório aponta 80 vítimas, e entidade manifesta preocupação com clima de polarização

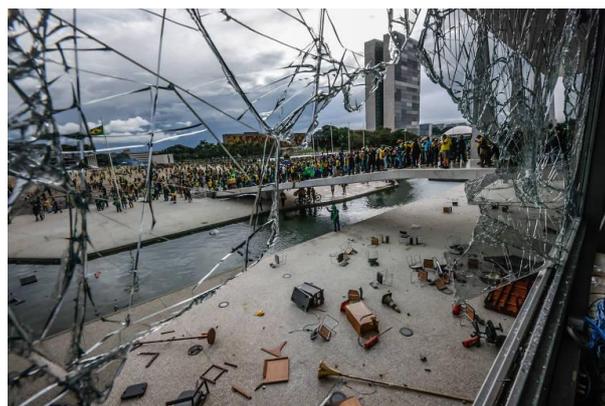
*Renato Machado*

O número de jornalistas agredidos fisicamente aumentou 8% no ano passado, chegando a 80 profissionais no total, de acordo com dados da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão).

A Abert atribui a alta à cobertura dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e dos dias que se seguiram, com o desmantelamento de acampamentos de bolsonaristas em frente aos quartéis do Exército.

Segundo o presidente da Abert, Flávio Lara Resende, os maiores ataques e agressões foram feitos naquele momento, em todo o Brasil, principalmente nas cidades onde havia mais acampamentos.

A entidade ainda manifesta preocupação com o clima de polarização nas eleições municipais deste ano. Embora não espere o mesmo grau de divisão e violência que marcou a disputa presidencial entre Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT) em 2022, a Abert afirma que é preciso ser vigilante para evitar uma alta nos casos.



"Essa polarização foi extremamente ruim para o Brasil e continua sendo ainda em grande parte, porque acaba atacando um profissional que muitas vezes está informando uma coisa que nem ele concorda ou deixa de concordar. É um absurdo você ter um jornalista sério, um repórter com um histórico de trabalho extremamente competente e profissional, e ele ser atacado por causa disso", diz Resende.

A Abert apresentou nesta quinta-feira (4) o relatório Violações à Liberdade de Expressão de 2023. Os dados mostram que foram 45 ocorrências que resultaram nos 80 profissionais agredidos —cada caso pode resultar em mais de uma vítima. No cálculo geral, levando em conta casos de ameaças, intimidações, censura e importunação sexual, houve queda de 19% na violência não letal (foram 111 episódios no ano passado, envolvendo 163 jornalistas e veículos de comunicação).

A Abert afirma que o número é considerado alto, tendo em conta que a imprensa brasileira sofreu um ataque a cada três dias, em média. Houve ainda um caso de assassinato de um profissional de imprensa: Thiago Rodrigues, morto com nove tiros durante uma confraternização em Vicente de Carvalho, no estado de São Paulo. Desde 2012, foram registrados 26 assassinatos de profissionais da imprensa. Apenas nos anos de 2019 e 2021 não houve casos.

A entidade ainda chama a atenção para os casos de ataques virtuais contra jornalistas. Cita que, desde 2019, foram 10 milhões de agressões no âmbito das redes sociais. A Abert defende uma regulamentação do uso das redes sociais para responsabilizar os autores de crimes nesse ambiente virtual, como as ações de ameaça e intimidação contra a imprensa.

"Ficou muito fácil atacar alguma pessoa nas redes sociais. É necessário que o Brasil, e principalmente o Congresso Nacional, traga regras muito claras de como punir essas pessoas que estão fazendo isso", afirmou Resende. "A gente detesta essa palavra regulação e, principalmente, censura. Estamos aqui pela liberdade de expressão, pela liberdade de imprensa, mas é muito importante que de alguma forma se encontrem [formas], que você consiga barrar isso."

### **Chefe da PF diz esperar que passado 'recente e sombrio' da corporação jamais retorne**

Andrei Rodrigues criticou espetacularização de operações em evento de aniversário da corporação

Ana Pompeu



O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou nesta quarta-feira (3) que o enfrentamento ao crime não se faz com frases de efeito ou espetáculos, mas com sabedoria e responsabilidade. A declaração foi dada em discurso durante a celebração dos 80 anos da instituição.

Andrei disse ainda que o aniversário representa um marco na corporação e citou a elucidação do caso Marielle Franco (PSOL-RJ) e Anderson Gomes como exemplo do trabalho feito sob sua gestão.



## CLIPPING

DATA

05.04.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

"A espetacularização de ações, a personalização de operações, os desvios e iniciativas, com motivações políticas e as imotivadas e constantes mudanças dos gestores e investigadores e a desvalorização dos servidores não se amoldam a uma polícia de Estado. Nosso desafio permanente é para que este passado recente e sombrio jamais retorne", disse.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, em coletiva de imprensa sobre as prisões dos suspeitos de serem os mandantes dos assassinatos de Marielle Franco (PSOL-RJ) e Anderson Gomes

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, em coletiva de imprensa sobre as prisões dos suspeitos de serem os mandantes dos assassinatos de Marielle Franco (PSOL-RJ) e Anderson Gomes - Ueslei Marcelino - 24.mar.24/Reuters

O diretor-geral da PF ressaltou a importância de trabalhar com apoio institucional do Ministério da Justiça, chefiado atualmente por Ricardo Lewandowski, e da Presidência da República. "As dificuldades e adversidades são muitas, mas transponíveis quando temos a segurança de podermos fazer nosso trabalho de forma correta e convicta e podermos passar a mesma segurança para as nossas equipes", afirmou.

Aguardado no evento, o presidente Lula (PT) cancelou sua participação de última hora. O diretor da PF disse que a comemoração, mais que uma data meramente comemorativa, representa um marco no processo de transformação institucional iniciado em 2023.

O projeto tem, dentre outros alvos, a modernização da governança e o aumento da transparência e do controle social nas atividades, o avanço rumo à equidade, à inclusão e à diversidade de gênero, de raça e de orientação sexual e a ampliação das ações e das estratégias de cooperação internacional com foco em temas prioritários para o governo como a questão ambiental e os crimes praticados pelo uso da internet.

"Nunca a firmeza, a lisura e a transparência das ações da Polícia Federal e das demais instituições democráticas foram tão importantes como nesses tempos em que há método na disseminação em massa de mentiras", acrescentou Rodrigues.

Na presença da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco (PT), Rodrigues citou ainda a elucidação do caso Marielle. Esta foi, segundo ele, uma das prioridades assumidas para a gestão. Lewandowski também ressaltou as prisões dos suspeitos de serem mandantes do assassinato da vereadora. "A recente elucidação dos hediondos, odiosos assassinatos de Marielle Franco e de Anderson Gomes trouxeram as respostas longamente esperadas pela sociedade brasileira que há anos demandava justiça com relação a esses casos", disse o ministro da Justiça.

Em 24 de março, o deputado federal Chiquinho Brazão (ex-União Brasil-RJ) e o seu irmão, o ex-conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio Domingos Brazão, e o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil no Rio, foram presos e a operação foi tratada na corporação como uma grande conquista, já que o caso havia sido finalizado sem chegar a mandantes. Lewandowski ainda citou as investigações sobre a trama golpista para impedir a posse do presidente Lula (PT) em 2023. Para ele, o trabalho da corporação mostra que a sociedade pode confiar nas instituições e no Estado brasileiro.

"Em um país em que determinados setores ainda persistem em flertar com o espectro do autoritarismo, a exemplo dos altamente reprováveis acontecimentos que culminaram nos atos de 8 de janeiro de 2023, esse

compromisso da instituição ficou evidenciado com as sucessivas diligências desencadeadas no âmbito da Operação Lesa Pátria, que tem descortinado toda a complexa trama de eventos que pretendia levar o país de volta aos tempos ou as trevas do autoritarismo", afirmou o ministro.

## JORNAL – O HOJE –05.04.2024 – PÁG. POLÍTICA

### Para TRF1, é competência da Justiça Federal julgar caso sobre Yanomami

*Manoel L. Bezerra Rocha*

Acatando recurso do Ministério Público Federal (MPF), a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) reformou decisão que declarou a Justiça Federal incompetente para julgar o caso de um homem acusado de tentativa de homicídio contra um policial militar que prestava apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em terras Yanomami, no estado de Roraima. O MPF recorreu para manter a competência federal, solicitando que os autos voltassem ao juízo de origem.



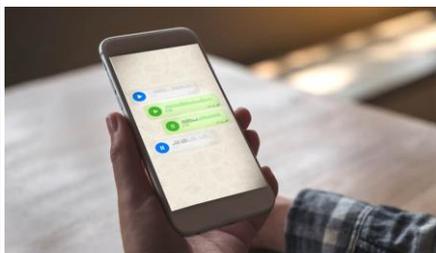
Segundo o relator do caso, desembargador federal Leão Alves, tratou-se de um crime ocorrido durante uma operação de combate ao garimpo ilegal em uma terra indígena Yanomami, intitulada de “Operação Korekorama II”, envolvendo um policial militar atingido por disparo de arma de fogo atribuído ao réu.

E de acordo com os autos, devido ao contexto da operação e ao interesse direto da União na proteção das terras indígenas, a competência para julgar o crime é da Justiça Federal. “(...) Não restam dúvidas de que há interesse da União em julgar crime que ocorreu em contexto de fiscalização e combate a delitos ocorridos em terras da União (território Yanomami), mais precisamente no combate ao garimpo ilegal. Nesse contexto, entendo que deve ser aplicado, mutatis mutandis, a mesma lógica do entendimento acima transcrito no sentido de que, pelo fato de o crime ter ocorrido em contexto de fiscalização procedida por órgão federal (FUNAI) em território da União (terras Yanomami), a competência é da Justiça Federal”, concluiu o magistrado.

### Navegação marítima

O Plenário aprovou o texto da Convenção da Organização Internacional de Autoridades de Auxílios à Navegação Marítima e Faróis, assinada em Paris, em 27 de janeiro de 2021. A matéria será encaminhada à promulgação. Criada em 1957 como Associação Internacional de Autoridades de Faróis (Iala, conforme a sigla em inglês), a organização, que tem sua sede na França, atua para criar condições de movimentação segura, econômica e eficiente das embarcações em todo o mundo. Em 2014, os estados-membros decidiram a mudança de associação para organização.

### **Burro, não!**



A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa a indenizar em R\$ 5 mil um vendedor vítima de assédio por ter sido xingado de burro pelo supervisor em mensagem de áudio. Para o colegiado, a conduta da empresa foi grave e inadmissível. Prevaleceu no julgamento o voto da ministra Kátia Arruda que, ao contrário do entendimento do Regional, considerou “grave e inadmissível” a conduta do supervisor e determinou o aumento do valor de indenização para R\$ 5 mil. Entre as razões para a majoração, a ministra citou a extensão do dano sofrido e capacidade econômica dos envolvidos.

### **STF declara inconstitucional lei do Paraná que facilita porte de armas**

O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional lei do Estado do Paraná que facilita o porte de arma de fogo aos CACs. No voto que conduziu o julgamento, o ministro Cristiano Zanin, relator, verificou que a Lei estadual 21.361/2023 tratou de matéria cuja competência é constitucionalmente atribuída à União, a quem cabe legislar, autorizar e fiscalizar o uso de material bélico.

### **Duplamente punido**

Em duas votações unânimes, o CNJ revisou punições aplicadas pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) e decidiu pela aposentadoria compulsória de um juiz. A conduta do magistrado no exercício do cargo justificou acusações de negligência no cumprimento de deveres e afronta aos princípios da independência, da imparcialidade, da transparência, da prudência, da integridade processual e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro.

### **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –05.04.2024 – PÁG. POLÍTICA**

#### **Casos Marielle e Mossoró fortalecem governo e esvaziam a oposição**

Ante a solução dos crimes, Planalto acredita ter virado o jogo das críticas à segurança pública

*Evandro Éboli*

Apontada como o grande tema da campanha eleitoral que se avizinha, a segurança pública surge como a principal dificuldade da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, com riscos para o desempenho de seus aliados na disputa às prefeituras.

Só que, em menos de duas semanas — e com forte atuação da Polícia Federal —, o governo acredita ter começado a virar esse jogo, ao desvendar o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e ao capturar os dois foragidos da penitenciária federal de Mossoró (RN).





## CLIPPING

DATA

05.04.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Recém-empossado ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski acumulava desgastes e críticas pela não captura de Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento, o que ocorreu nesta quinta-feira, 50 dias após a fuga da dupla. O caso se arrastava, e a demora provocava incredulidade no retorno dos dois ao cárcere.

Em outra frente, a revelação em pleno domingo, em 24 de março, de quem são os supostos mandantes do assassinato de Marielle — os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão e o ex-delegado Rivaldo Barbosa — foi um alívio também para o governo, que tinha prometido solucionar o caso, em anúncios públicos de Lula e de Flávio Dino, seu ex-ministro da Justiça. Pouco mais de seis anos após o homicídio da vereadora e do motorista Anderson Gomes, o Executivo crê que a investigação da PF começou a responder à pergunta de quem mandou matar e por quê.

No intervalo desses 11 dias, entre a possível resolução do assassinato da filiada do PSol e a prisão dos furtivos de Mossoró, Lewandowski fez dois pronunciamentos e concedeu entrevistas para dar essas notícias. Dias que valeram os dois meses e três dias que está à frente da pasta. Na semana da prisão dos irmãos Brazão e do delegado Rivaldo Barbosa, o ministro recebeu em seu gabinete a bancada federal do PSol e deixou escapar que algo estava por vir.

"Neste momento, os trabalhos foram dados como encerrados", registrou Lewandowski, em 24 de março, sobre o assassinato da vereadora e de seu motorista. Sobre os 50 dias até recapturar os detentos de Mossoró, o ministro respondeu: "É um prazo que segue os paradigmas internacionais, em um país de dimensões continentais".

Os petistas exaltaram nas redes o feito do ministério. A presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR), comemorou: "Parabéns ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal, que trabalhou de maneira conjunta com outras forças policiais para recapturar os furtivos de Mossoró. Mais um importante resultado do trabalho sério que o governo Lula está fazendo no combate às organizações criminosas".

### **Bancada da bala**

As primeiras fugas de uma penitenciária federal de segurança máxima, em 18 anos, tornaram Lewandowski alvo da bancada da bala no Congresso. Deputados da Comissão de Segurança Pública da Câmara tentam convocar o ministro esclarecer esses fatos. Sete parlamentares desse grupo são autores de requerimentos de convocação do titular da pasta.

"A fuga está sendo avaliada por analistas e políticos como o evento mais grave ocorrido nos presídios de segurança máxima do país e levantando dúvidas sobre a segurança dessas instalações. Diante da gravidade da situação, cabe convocar a presença do ministro, a fim de questioná-lo minuciosamente para esclarecer o caso e as providências tomadas", justificou o Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) no pedido para convocar Lewandowski.

Presidente da Comissão de Segurança, Alberto Fraga (PL-DF) sustentou que não se pode responsabilizar Lewandowski pela fuga dos dois condenados, dado o tempo exíguo que estava no cargo. O parlamentar foi um dos poucos a se manifestar, nesta quinta-feira, sobre a captura. "Após 50 dias, a PF (Polícia Federal) e a

PRF (Polícia Rodoviária Federal) recapturaram, no Pará, foragidos da penitenciária federal de Mossoró. Mais uma vez, a polícia cumprindo o seu papel, mesmo com a falta de investimento e com o descaso que a segurança pública vive na atual gestão do nosso país", publicou Fraga nas redes sociais.

## JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.04.2024– PÁG. BRASIL

### Garimpo faz área indígena perder quatro campos de futebol por dia

Marina Dantas



É o resultado da exploração ilegal nas terras dos kayapós, mundurucus e ianomâmis em 2023, segundo levantamento do Greenpeace. Invasores não apenas contaminam rios e mata; também desequilibram as comunidades nativas

Levantamento do Greenpeace Brasil mostra que, em 2023, aproximadamente 1.410 hectares de terras dos povos kayapó, munduruku e ianomâmi foram tomados pelo garimpo ilegal. Isso representa o desmatamento de aproximadamente quatro campos de futebol por dia. Segundo a organização não governamental, nos últimos 35 anos a mineração em terras de povos originários aumentou

1.217%. A progressão do garimpo não representa apenas a devastação da mata, a contaminação de rios e animais e o desaparecimento da caça.

Significa, também, a destruturação do modo de vida dos povos originários. "O garimpeiro leva uma gama de questões que não fazem parte do cotidiano daquela população, como doenças para as quais os povos têm baixa imunidade. O garimpo nas terras indígenas não é permitido. É crime e tem de ser tratado como tal", adverte o porta-voz da Frente de Povos Indígenas do Greenpeace Brasil, Jorge Oliveira.

O levantamento do Greenpeace tem por base um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade do Sul do Alabama, nos Estados Unidos — que detectou um salto exponencial da ocupação garimpeira, que passou de 7,45km<sup>2</sup>, em 1985, para 102,16 km<sup>2</sup>, em 2020. Para piorar, o dinheiro do garimpo também afeta a organização das comunidades indígenas — com o estímulo às cisões entre as lideranças e a formação de um submundo em que se praticam vários crimes, sobretudo os sexuais contra mulheres e crianças.

### Indústria do mal

Segundo Jorge Oliveira, também é necessário desmistificar o que é o garimpo nas terras indígenas. Não se trata de algo artesanal praticado por homens que vivem da prospecção, mas sim equipes manejando grandes maquinários para a exploração em escala industrial.

"Levam dragas, tratores e muita gente. Conseguem montar uma estrutura de acampamento e é muito dinheiro envolvido", afirma o diretor do Greenpeace. Segundo ele, tal estrutura está intimamente ligada às grandes quadrilhas que exploram o contrabando de metais preciosos, a prostituição e os tráficos de drogas,

armas e animais. Jorge Oliveira afirma que essa cadeia de atividades não favorece em nada a economia dos municípios.

"A ação extrativista, nas cidades onde chegam, se mantém durante um período de, no máximo, cinco anos. E não leva dinheiro para o município. Quem ganha com essa atividade não está lá. Geralmente é um empresário do Centro-Oeste, do Sudeste que investe e tira dinheiro de lá", aponta o diretor do Greenpeace.

Segundo Jorge Oliveira, apesar do maior interesse da atual gestão federal, a situação pouco mudou com o fim do governo de Jair Bolsonaro. "Se leva muita gente do sistema federal, como o Ibama, mas outras políticas igualmente importantes não chegam. Que tipo de política pública de educação está chegando nesses territórios? Nenhuma. Que tipo de política de segurança alimentar está chegando nos territórios? Nenhuma. Que tipo de política de geração de renda chega? Nenhuma", critica o especialista.

Ao Correio, o Ministério dos Povos Indígenas afirmou que, em seu primeiro ano de atuação, "focou em promover esforços conjuntos nas terras indígenas para combater o garimpo e, por consequência, o desmatamento, assim como a vulnerabilidade e a desnutrição grave entre os ianomâmis".

### **Contaminação por mercúrio avança**

Uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Socioambiental (ISA), divulgada ontem, alerta para o avanço da contaminação por mercúrio entre os ianomâmis. Entre os indígenas que participaram do levantamento, 94% estavam seriamente afetados pelo metal pesado, utilizado maciçamente pelos garimpeiros ilegais para separar o ouro dos rejeitos da prospecção. Os pesquisadores confirmaram a presença da substância em amostras de cabelo de aproximadamente 287 pessoas analisadas, incluindo crianças e idosos, do subgrupo Ninam.

O estudo, intitulado Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde-ambiente, realizou as coletas na região do Alto Rio Mucajaí — que percorre os estados do Amazonas e de Roraima —, em outubro de 2022. O local é um dos mais devastados pelo garimpo ilegal na Terra Yanomami e abriga 31 mil indígenas, que vivem em 370 comunidades.

"O garimpo é o maior mal que temos hoje na Terra Yanomami. É necessária e urgente a desintrusão e a saída desses invasores. Se o garimpo permanece, permanece também a contaminação, devastação, doenças como malária e desnutrição e isso é o resultado dessa pesquisa, é a prova concreta", alerta Dário Vitório Kopenawa, vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami.

Das 287 amostras de cabelo examinadas, 84% registraram níveis de contaminação por mercúrio acima de 2,0 microgramas por grama (mcg/g). Outros 10,8% ficaram acima de 6,0 µg/g, índice considerado alto, que requer atenção especial e investigação complementar.

Ainda de acordo com a pesquisa, ao realizar exames clínicos nos pacientes para identificar doenças crônicas não transmissíveis — como transtornos nutricionais, anemia, diabetes e hipertensão —, verificou-se que nos indígenas com pressão arterial alta, os níveis de mercúrio acima de 2,0 mcg/g eram mais frequentes do que nos indígenas com pressão arterial normal.

O estudo também analisou 47 amostras de peixes, 14 de água e sedimentos do Rio Mucajaí e afluentes. No caso dos peixes, todos apresentaram algum grau de contaminação por mercúrio.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –05.04.2024– PÁG. OPINIÃO**

### **Visão do Correio: Em busca de equilíbrio**

O Brasil está em terceiro lugar mundial no tempo gasto em redes sociais, com os usuários dedicando a elas, em média, três horas e 37 minutos diariamente

Se pararmos para pensar quanto tempo o brasileiro gasta fazendo atividades on-line, talvez devêssemos reavaliar o modus operandi de nosso cotidiano. Divulgado recentemente, o Relatório Digital Global de 2024, publicado pelas parceiras We Are Social e Meltwater, aponta o Brasil como o segundo país onde os usuários passam mais tempo conectados.

A média diária é de 9 horas e 13 minutos, perdendo apenas para a África do Sul, com 9 horas e 24 minutos. Se passarmos oito horas dormindo, teremos apenas outras sete horas para uma enormidade de tarefas ou até mesmo para fazer nada e talvez exercermos o ócio criativo.

Especialistas na área de inovação destacam alguns fenômenos importantes que podem explicar essa predileção pelo ambiente on-line. Não podemos negar o declínio na audiência da televisão em favor do aumento do tempo na internet. Kenneth Corrêa, professor de MBA da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que isso ocorre devido à conveniência, personalização e diversidade de conteúdos disponíveis on-line, o que impacta a evolução dos hábitos de consumo de mídia.

Não é por acaso que o Brasil está em terceiro lugar mundial no tempo gasto em redes sociais, com os usuários dedicando a elas, em média, três horas e 37 minutos diariamente. Além disso, os brasileiros ocupam a quinta posição no uso do Instagram — 78% dos adultos brasileiros estão engajados nessa plataforma -, evidenciando a importância dessa rede social como um canal de marketing digital crucial no país, para a alegria de empresários e anunciantes de marcas (em nível global, segundo a pesquisa citada acima, profissionais de marketing investiram quase US\$ 720 bilhões em anúncios digitais ao longo de 2023, representando um aumento de mais de 10% em comparação com o ano anterior).

Entre os efeitos do uso exagerado da navegação on-line, é visível a mudança de comportamento — tanto de crianças quanto de adultos — em relação ao consumo de telas. Em contraponto, atividades ao ar livre, quando muito, se limitam aos fins de semana, o que demonstra um "embotamento" das famílias, com crianças e adolescentes fechados em seus quartos, afundados em jogos, "reels" ou stories de alguma rede social, e seus pais absortos em conversas de WhatsApp ou vendo algo que não conseguiram ver durante a jornada de trabalho.



Nunca se viu tantas cenas de pessoas caminhando na rua e tropeçando por estarem ao celular, perdendo horas preciosas de estudo ou de sono para "bisbilhotar" a vida alheia, por causa de acidentes de trânsito e até mesmo mortes de gente que foi tirar uma selfie e acabou escorregando e caindo de um penhasco.

Isso sem falar de doenças muitas vezes ligadas ao ambiente digital, como vício, quadros de depressão, insônia, ansiedade, isolamento e tantas outras patologias decorrentes do aparato tecnológico. A verdade é que estabelecemos uma relação de amor e ódio com o ambiente on-line. Dependemos dele, mas muitos de nós estamos adoecendo também por causa dele.

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.04.2024 – PÁG. A2**

### **Fugitivos de Mossoró são capturados no Pará após 50 dias**

Ação conjunta da PF e da PRF localiza foragidos de prisão federal em Marabá

*Mariana Assis*



Depois de 50 dias de fuga, os dois presos que haviam escapado da Penitenciária Federal de Mossoró foram recapturados nessa quinta-feira (4). Eles foram encontrados em Marabá, no Pará, em uma ação conjunta da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, classificou a recaptura como “uma vitória do Estado brasileiro”.

Deibson Nascimento e Rogério Mendonça foram cercados em uma rodovia federal próximo a Marabá, a 1.600 Km da unidade prisional de onde haviam saído. Segundo Lewandowski, eles estavam no que o ministro classificou de “comboio do crime” e estavam se dirigindo ao exterior. “Nesta abordagem constatou-se que os dois fugitivos estavam em um verdadeiro comboio do crime, com três carros, celulares e um fuzil, que é uma arma extremamente letal”, explicou Lewandowski, que informou que junto a eles foram presas quatro pessoas.

A fuga dos dois criminosos - a primeira a ser registrada em uma penitenciária federal - ocorreu poucos dias após Lewandowski assumir a pasta da Justiça e Segurança Pública, num momento em que a preocupação com índices de criminalidade se destaca entre os problemas de popularidade do governo. Nessa quinta, o ministro afirmou que a notícia da recaptura reforça o papel do Estado no enfrentamento desse problema.

*Ministro diz que tempo entre a fuga e a captura “é razoável” para padrão mundial*

“É uma notícia asseguradora, no sentido de que ela conta com forças de segurança competentes, que cumprem suas missões constitucionais”, afirmou o ministro, que vinha sendo pressionado a dar respostas sobre a fuga. “Eu quero afirmar a todos que é uma vitória do Estado brasileiro, das forças policiais do país e que o crime organizado não será bem-sucedido”, disse o chefe do Ministério da Justiça a jornalistas.

Os presos vão voltar à Penitenciária de Mossoró. De acordo com Lewandowski, eles vão ficar em celas separadas e haverá vistorias diárias. “A direção foi trocada, os protocolos foram reafirmados e aperfeiçoados e de lá certamente não se evadirão”, afirmou o ministro.

Rogério Deibson Nascimento, que são ligados à mesma facção criminosa, escaparam da penitenciária de segurança máxima na madrugada do dia 14 de fevereiro, durante o feriado de Carnaval. Lewandowski disse que “é razoável” o tempo de 50 dias para recaptura dos fugitivos. “Segue os paradigmas internacionais”, disse.

“Demonstra, obviamente, que foram coadjuvados por criminosos externos e tiveram, portanto, auxílio de seus comparsas e de organizações criminosas às quais eles pertenciam”, disse o ministro. Ele afirmou que a operação que culminou na captura, que contou com diversas forças policiais, mostra que “é possível haver, sim, operações conjuntas de forças distintas e, sobretudo, demonstrou o êxito do trabalho de inteligência”. “Nós combateremos o crime organizado, sobretudo com trabalho de inteligência, integração das distintas forças”, acrescentou. Lewandowski disse, ainda, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu parabéns pela ação e disse estar satisfeito com a recaptura.

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.04.2024 – PÁG. E1**

### **STF isenta empresas de multas e reduz impacto do julgamento sobre ‘quebra’ de decisões definitivas**

Benefício vale para dívida de CSLL, mas poderia ser aplicado em outras teses, segundo advogados

*Beatriz Olivon*

Os contribuintes conseguiram ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), reduzir o impacto bilionário da decisão que permitiu a “quebra” de sentenças definitivas — a chamada “coisa julgada”. Apesar de os ministros não terem aceitado o pedido de modulação de efeitos, para que o entendimento fosse aplicado apenas para o futuro e, assim, evitar cobranças retroativas de tributos, decidiram que, em relação ao caso analisado, que envolve a CSLL, as dívidas podem ser pagas sem as multas punitivas e de mora.



Para advogados, a retirada das multas é uma vitória e o precedente pode ser utilizado pelos contribuintes para tentarem obter o mesmo benefício em outras discussões tributárias. A decisão foi dada em recursos (embargos de declaração) contra o entendimento adotado em fevereiro de 2023 pelo ministros (RE 955227 e RE 949297).

No mérito, ficou definido que sentenças tributárias dadas como definitivas deixam de ter efeito sempre que houver um julgamento posterior do STF em sentido contrário (RE 955227 e RE 949297). Antes a “quebra” não ocorria de forma automática. O Fisco podia pleitear a reversão, mas por meio de um instrumento específico, a chamada ação rescisória — que tem prazo de até dois anos para ser utilizada e pode ou não ser aceita pelo Judiciário.



## CLIPPING

DATA

05.04.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

No caso da CSLL, a cobrança foi declarada constitucional pelo Supremo no ano de 2007. No julgamento agora, as empresas pediram, então, para que a decisão só tivesse validade a partir de 2023, não retroagindo a 2007.

No caso concreto, o impacto seria de R\$ 7,23 bilhões. O valor envolve 24 empresas afetadas pela “quebra” de decisões que obtiveram contra o pagamento de CSLL. Com a retirada das multas, essa conta cai em pelo menos R\$ 1 bilhão, segundo informou ontem, na retomada do julgamento, o ministro Gilmar Mendes.

O relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, citou, no julgamento, que um dos casos analisados é da Braskem, que teria se manifestado de forma que relativizou o impacto da decisão de mérito. Nos recursos (embargos), os contribuintes afirmam que o entendimento adotado em 2023 provocaria um rombo de bilhões de reais no caixa das companhias.

“Logo que nós julgamos teve uma notícia que as empresas iriam quebrar, mas a própria Braskem, em fato relevante, informou que não, que ela tinha provisionado esses recursos. Como acho que qualquer advogado deveria ter indicado a seu cliente”, afirmou Barroso.

Na sessão de ontem, o pedido de modulação foi negado por maioria de votos. Prevaleceu o voto do ministro Luís Roberto Barroso, que negou os recursos (embargos de declaração), mantendo a decisão original. Votaram nesse sentido os ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Rosa Weber.

Sobre as multas, prevaleceu o voto do ministro André Mendonça. Ele considerou ser possível a retirada para os contribuintes com decisão judicial a seu favor. Para ele, não teria havido, nesses casos, dolo ou má-fé. O entendimento dele foi seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso, Nunes Marques, Dias Toffoli, Edson Fachin e Luiz Fux.

### **Análise**

Além da CSLL, outras teses tributárias, segundo advogados tributaristas, podem ser afetadas pela “quebra da coisa julgada”. Citam, como exemplos, as discussões sobre o terço constitucional de férias e IPI na saída do estabelecimento importador.

Pela decisão, a exclusão das multas vale apenas para as cobranças retroativas de CSLL. Mas segundo a advogada Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados, há sinalização de que esse entendimento poderia ser aplicado em outras situações. “Ainda que esse ponto não fique expresso na tese fixada, certamente haverá argumentos para levar a orientação do STF para outras teses julgadas em desfavor dos contribuintes”, afirmou.

Para Maria Andréia dos Santos, sócia do escritório Machado Associados, o que ficou evidente, em todos os debates no julgamento, foi a preocupação dos ministros em não cancelar a conduta do contribuinte que obteve, com decisão contra o pagamento da CSLL, uma vantagem competitiva indevida por meio de redução de carga tributária. Ficou claro, no julgamento, acrescenta, o reduzido universo de empresas que se beneficiaram desse tipo de decisão.

“Apesar das manifestações de diversos ministros no sentido de que essa decisão terá impacto em outras discussões, a maioria realmente votou considerando só as particularidades desse caso [sobre CSLL], os longos intervalos de tempo em que essas empresas teriam se beneficiado de uma carga tributária menor”, disse.

De acordo com Tércio Chiavassa, sócio do Pinheiro Neto Advogados, a decisão melhora a situação para os contribuintes, mas ainda “é pouco” pelo que se discutiu e pelo tema envolvido, já que as empresas estavam e ainda estão inconformadas com o mérito da questão.

“Pelo menos é uma vitória [o afastamento das multas]. Mostra que as empresas não estavam com má-fé, como alguns ministros alegaram. Não foi uma aposta [não pagar o tributo]. Foi observância de uma decisão transitada em julgado”, afirmou.

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, comemorou na rede social X (antigo Twitter) a decisão. Afirmou que o julgado tem impacto estimado em R\$ 6,23 bilhões apenas para o passado, sem contar os valores que passarão a entrar no caixa do Tesouro porque as empresas pagarão a CSLL. “Agora, esses contribuintes terão que pagar o tributo.”

### **Receita Federal nega exclusão de adicional do ICMS do PIS/Cofins**

Entendimento consta na Solução de Consulta nº 61, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que deve ser seguida por todos os auditores fiscais do país

*Beatriz Olivon*



A Receita Federal vedou a possibilidade de exclusão do adicional de ICMS destinado aos Fundos de Combate à Pobreza da base de cálculo do PIS e da Cofins. O entendimento consta na Solução de Consulta nº 61, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que deve ser seguida por todos os auditores fiscais do país.

Para a Receita, o adicional não teria a mesma natureza jurídica do ICMS - ou seja, não poderia ser aplicado ao caso a chamada “tese do século”, a exclusão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do imposto estadual do cálculo das contribuições sociais. O órgão aponta, no texto, que ele tem efeito “cascata”, por ser cumulativo, além de possuir vinculação específica e não precisar ser repartido com os municípios.

No pedido, o contribuinte alegou que propôs ação judicial em 31 de julho de 2018 para excluir o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, obtendo esse direito em setembro de 2019. A partir da decisão, iniciou o processo de habilitação do crédito perante a Receita. A solicitação foi aceita em agosto de 2020. Não ficou claro na solução de consulta, porém, se foi expressamente negada a exclusão do adicional.

O percentual cobrado é, em geral, de 2%. É exigido em quase todos os Estados, sobre quase todos os produtos, segundo a tributarista Luiza Lacerda, sócia do BMA Advogados. “A regra é a cobrança, com algumas exceções. Não incide, por exemplo, nas contas de energia elétrica com consumo muito baixo”, afirma a advogada, acrescentando que o adicional é autorizado pela Constituição Federal.

Para ela, esse entendimento da Receita Federal reabre a discussão travada na “tese do século” e pode gerar um contencioso relevante. Há, afirma, muito espaço para questionar essa interpretação porque, assim como o ICMS, trata-se de uma receita do Estado.

“O fundamento que a Receita Federal utiliza para poder justificar essa diferenciação é que seria um adicional cumulativo, que não geraria direito a crédito, o que não é verdade. Em geral, os Estados concedem o direito a crédito”, diz.

A decisão, afirma, é uma tentativa de restringir a decisão do Supremo, mesmo passado muito tempo do julgamento. Por isso, há a expectativa de que seja criado um contencioso e uma contingência para as empresas que vem aplicado amplamente a decisão do Supremo.

A advogada Adriana Stamato, sócia de tributário do escritório Trench Rossi Watanabe, também entende que a solução de consulta busca diminuir o impacto da tese do século. “A alegação de que o fundo estadual de combate à pobreza não se confunde com ICMS não se sustenta, porque ele nada mais é que um adicional de ICMS que incide sobre algumas mercadorias”, afirma.

Segundo Adriana, o fundo, assim como o imposto estadual, não é receita do contribuinte e não deve fazer parte da base de cálculo do PIS e da Cofins. “Existe jurisprudência favorável sobre isso, mas ainda assim as autoridades fiscais provavelmente vão iniciar um novo contencioso sobre esse assunto, que já foi decidido em 2021 pelo Supremo ao definir que todo o ICMS deve ser excluído da base de cálculo”, acrescenta, referindo-se à “tese do século” (Tema 69), julgado pelos ministros.

O fundamento da decisão do STF, acrescenta a advogada, não tem a ver com a repartição com municípios nem de ter vinculação específica, mas de se tratar de receita que não é do contribuinte, vai ser destinada ao Estado.

## **Destaque**

### **Uso de água**

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que é indispensável a autorização federal para utilização de água mineral obtida diretamente do solo como insumo em processo industrial, ainda que ela não seja destinada ao consumo humano. O entendimento foi fixado pelo colegiado ao reformar acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), localizado em Porto Alegre, que, confirmando sentença de improcedência de ação popular, considerou suficiente a autorização do poder público estadual para o uso de água termomineral por uma indústria de



café. Segundo o TRF-4, não haveria obrigatoriedade de prévia autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM) - para uso da água retirada do solo em processos industriais, pois a permissão seria necessária apenas nas hipóteses de extração para consumo humano ou para fins balneários. Relator do recurso do Ministério Público Federal, o ministro Paulo Sérgio Domingues lembrou, porém, que o artigo 20, inciso IX, da Constituição Federal prevê que são bens da União os recursos minerais, inclusive aqueles depositados no subsolo (REsp 1490603).

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO –05.04.2024– PÁG. E2**

### **Reforma tributária e o teorema de Pitágoras**

Seria necessário uma disposição normativa de transição que desconsiderasse os aumentos dissimulados das alíquotas de ICMS ocorridos em 2023 para fins de definição da alíquota padrão

*Eduardo Muniz Machado Cavalcanti*



Não se discute que o Brasil realmente precisava de uma reforma tributária, cuja discussão arrastava-se por décadas, e somente no final do ano passado a PEC nº 45/2019, tendo cumprido a dinâmica litúrgica do rito das propostas de emenda à Constituição Federal, convalesceu na Emenda Constitucional (EC) nº 132/2003, com avanços evidentes, ainda que longe do ideal, entre os quais: tributação no destino, crédito financeiro, cashback. Porém, um ponto entendo merecer uma observação crítica pela conjuntura contextual que se desenvolveu próximo à sua aprovação.

A alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), decorrente da fusão do ICMS com o ISS, deve ser composta pela soma das alíquotas dos Estados e dos municípios, de acordo com as precedentes competências tributárias. Cada unidade federada, portanto, mantém a definição dos correspondentes percentuais, por meio da edição de leis próprias. Ainda nessa perspectiva de unificação, segundo a EC 132, a alíquota será a mesma para todas as operações com bens ou serviços, sendo aplicada de acordo com o destino final.

É comum que as pessoas, mesmo aquelas que circulam no ambiente tributário, tenham a falsa percepção de que teremos uma alíquota única de IBS para todo o território nacional e, ainda mais, que será por volta de 25%. Primeiro, haverá uma alíquota-padrão a ser observada por cada unidade federada, de modo que o somatório das subalíquotas, incluindo a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) e o IBS, não ultrapasse a carga tributária atual, atingindo, como dito, entre 25 a 30%, se considerada a tributação atualmente existente. Segundo, se cada ente federado possui a prerrogativa constitucional de fixar sua alíquota-base até o teto padronizado, teremos então 27 percentuais distintos ou coincidentes, mas que, hipoteticamente, podem ser diversamente combinados com tantas alíquotas quantos são os mais de cinco mil municípios do país. Já é uma simplificação, pero no mucho, a bem da verdade.

E a ocasião traz o oportunismo, não a oportunidade. Deixe-me explicar. Sabedores de que a carga tributária não poderia ultrapassar os atuais parâmetros de arrecadação fiscal, os Estados vieram, numa corrida



## CLIPPING

DATA

05.04.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

legislativa de 100 metros rasos, aumentando as alíquotas modais do ICMS. E estiveram por assim fazer, sem nenhuma cerimônia, sem recuos, salvo exceções, mesmo depois da exclusão do artigo no texto da PEC 45 de que a receita futura dos Estados seria a média da arrecadação de ICMS de 2024 a 2028.

Em carta assinada pelos secretários de Fazenda, seguindo na cola dos Estados do Nordeste, que aumentaram as alíquotas referenciais do ICMS logo depois de dado o tiro de partida na prova de corrida da reforma tributária, governos do Sul e do Sudeste manifestaram-se no sentido de que os Estados e municípios sentiriam efeitos, sob o prisma da transição federativa, até 2078, mesmo considerando a extinção do imposto em 2033. Diante dessa situação, a preparação para a maratona da transição financeira levada a cabo pela reforma tributária, por desconsiderar estratégias dessa natureza, fez com que os Estados aumentassem as correspondentes alíquotas, bem como adotassem programas especiais de parcelamento (Refis) até a entrada em vigor da EC 132/2023, turbinando os níveis de ingresso de receitas, artificial e temporariamente.

Isso quer dizer que, quanto mais se arrecade nos próximos anos, especificamente 5 anos, estariam os Estados vinculados, em significativa medida, a essas receitas tributárias nas próximas décadas.

De 2029 a 2032, 80% do montante arrecadado com o IBS serão distribuídos com base nas participações do referido período. Em 2033, o percentual sobe para 90% e, depois, de 2034 a 2077, tem início uma redução gradual à razão de 1/45 por ano. Além disso, para “simplificar”, durante o período, o valor repassado a cada unidade federada pelo Comitê Gestor também será ajustado por um “fator de transição”.

Pitágoras constatou que, no triângulo de ângulo retângulo, a hipotenusa ao quadrado é igual à soma dos quadrados do cateto. Quando mais estendidos esses, maior aquela. A distribuição financeira do novo tributo não para por aí, o que faz com que as medidas dos catetos, opostos à hipotenusa, sejam levadas a pontos cada vez mais longos, e, antagônica ao ângulo reto, torne a fórmula geométrica de Pitágoras de mais fácil compreensão. Sem querer profetizar, pode estar aí o novo campo de batalha da “guerra fiscal”.

Simplificação, transparência e neutralidade fiscal, três objetivos teóricos da reforma. Se o mais simples possível poderia resultar em algo ainda complexo, aqueles propósitos parecem agora comprometidos com uma trava invisível de contenção da carga tributária, deixando uma margem de manobra que a fragiliza. Necessário seria então uma disposição normativa de transição que desconsiderasse os aumentos dissimulados das alíquotas de ICMS ocorridos em 2023 para fins de definição da alíquota padrão, tornando o já certo aumento dos tributos menos impactante. Pelo sim pelo não, mesmo sem a previsão de manutenção da carga tributária ao entrar em vigor a reforma tributária, já estamos pagando uma conta mais cara e ainda assumindo, pela complexidade pitagórica da fórmula, um risco de “guerra financeira” entre as unidades federadas.

## DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

### Domingo dia 07 de abril – Dia Mundial da Saúde

O tema do Dia Mundial da Saúde 2024, que se comemora no dia 7 de abril – “A minha saúde, o meu direito” –, destaca a necessidade urgente de garantir acesso universal a serviços de saúde de qualidade e a um ambiente saudável. A Organização Mundial da Saúde destaca a saúde como um direito humano fundamental, lembrando que doenças, desastres e falta de acesso a cuidados básicos continuam a ameaçar milhões de pessoas em todo o mundo.

A saúde de milhões de pessoas em todo o mundo está sob crescente ameaça, com doenças, desastres e conflitos a devastar comunidades e a negar o direito à saúde. Esta é a conclusão alarmante do Conselho de Economia da Saúde para Todos, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esta situação é agravada pela crise climática e impulsionada pelo consumo de combustíveis fósseis, que não só ameaça o nosso planeta, como também compromete o nosso direito a um meio ambiente limpo e saudável.

Embora a saúde seja reconhecida como um direito humano, o acesso a serviços de saúde não é garantido para todos. Segundo dados do Conselho da OMS, mais de metade da população mundial (cerca de 4,5 mil milhões de pessoas) não tinha acesso a cuidados de saúde básicos em 2021.

Para enfrentar esses desafios, o tema escolhido para o Dia Mundial da Saúde de 2024 é “A minha saúde, o meu direito”. A OMS destaca a necessidade urgente de garantir que todos tenham acesso a serviços de qualidade, educação e informações sobre saúde, além de água potável, ar puro, nutrição adequada, habitação digna e condições laborais e ambientais saudáveis. Além disso, enfatiza a importância de combater a discriminação em todas as suas formas.

O Dia Mundial da Saúde deste ano serve como um lembrete crucial de que a saúde é um direito humano fundamental e deve ser protegida e promovida por todos, sem exceção.

